
A IMPORTÂNCIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: ESTUDO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGAMAR DO CAUÍPE EM CAUCAIA-CE

Alh Gabriella **RAULT**
Universidade Federal do Ceará
E-mail: alhgabrielrarault@outlook.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9305-541X>

Jardel de Oliveira **SILVA**
Universidade Federal do Ceará
E-mail: jardel.olvr.silva@gmail.com.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7411-4070>

Rita Claudia Aguiar **BARBOSA**
Universidade Federal do Ceará
E-mail: rcab@ufc.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-1879-9360>

Recebido
Janeiro de 2026

Aceito
Junho de 2026

Publicado
Junho de 2026

Resumo: O presente trabalho iniciou-se em 2023, com a valoração ambiental da Unidade de Conservação (UC) da Área de Proteção Ambiental (APA) do Lagamar do Cauípe, localizada na região litorânea do Ceará, no município de Caucaia, caracterizado pela presença de comunidades tradicionais, principalmente por povos indígenas e quilombolas. Assim, o estudo atual visa analisar a relação entre a comunidade tradicional indígena Anacé, observando os conflitos socioambientais, a degradação ambiental e os impactos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) sobre o território na APA do Lagamar do Cauípe. A metodologia combinou pesquisa bibliográfica, análise documental e trabalho de campo, com visitas à APA e a aldeias indígenas, além de entrevistas semiestruturadas com as comunidades indígenas. Os resultados apontam que, apesar da criação da APA em 1998, há ausência de fiscalização e um plano de manejo tardio, contribui para o avanço de construções irregulares e degradação ambiental. O estudo destaca ainda a resistência

do povo Anacé diante das ameaças à sua terra e cultura, evidenciando sua contribuição essencial para a proteção dos ecossistemas locais e a efetiva participação dos povos indígenas na gestão ambiental são fundamentais para a conservação da biodiversidade e dos saberes tradicionais.

Palavras-chave: povos tradicionais; degradação ambiental; conflitos socioeconômicos.

THE IMPORTANCE OF TRADITIONAL COMMUNITIES FOR NATURE CONSERVATION: A STUDY OF THE LAGAMAR DO CAUÍPE ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA IN CAUCAIA-CE

This study originated in 2023 with an environmental valuation of the Lagamar do Cauípe Environmental Protection Area (APA), a sustainable-use protected area located in the coastal region of Ceará, in the municipality of Caucaia. This territory is characterized by the historical presence of traditional communities, primarily Indigenous and Quilombola peoples. Building upon that foundation, the current study aims to analyze the relationship between the traditional Anacé Indigenous community and their environment, focusing on socio-environmental conflicts, environmental degradation, and the impacts of the Pecém Industrial and Port Complex (CIPP) on the APA territory. The methodology combined a literature review, document analysis, and fieldwork, which included technical visits to the APA and indigenous villages, as well as semi-structured interviews with the community members. The results indicate that despite the creation of the APA in 1998, a persistent lack of enforcement and the delayed implementation of its management plan have facilitated the advance of irregular constructions and severe environmental degradation. Furthermore, the study highlights the resistance of the Anacé people against threats to their land and culture. It demonstrates that their traditional presence is essential for protecting local ecosystems, and concludes that the effective participation of Indigenous peoples in territorial governance is fundamental to the conservation of biodiversity and the safeguarding of traditional knowledge.

Keywords: traditional peoples; environmental degradation; socio-environmental conflicts.

LA IMPORTANCIA DE LAS COMUNIDADES TRADICIONALES PARA LA CONSERVACIÓN DE LA NATURALEZA: ESTUDIO DEL ÁREA DE PROTECCIÓN AMBIENTAL DEL LAGAMAR DO CAUÍPE EN CAUCAIA-CE

Resumen: El presente trabajo se inició en 2023, con la valoración ambiental de la Unidad de Conservación (UC) del Área de Protección Ambiental (APA) del Lagamar do Cauípe, ubicada en la región costera de Ceará, en el municipio de Caucaia, caracterizado por la presencia de comunidades tradicionales, principalmente pueblos indígenas y quilombolas. Así, el presente estudio tiene como objetivo analizar la relación con la comunidad tradicional indígena Anacé, observando los conflictos socioambientales, la degradación ambiental y los impactos del Complejo Industrial y Portuario de Pecém (CIPP) sobre el territorio en la APA del Lagamar do Cauípe. La metodología combinó investigación bibliográfica, análisis documental y trabajo de campo, con visitas a la APA y a aldeas indígenas, además de entrevistas semiestructuradas con las comunidades indígenas. Los resultados indican que, a pesar de la creación del APA en 1998, existe una ausencia de fiscalización y un plan de manejo tardío, lo que contribuye al avance de construcciones irregulares y a la degradación ambiental. El estudio también destaca la resistencia del pueblo Anacé frente a las amenazas a su tierra y cultura, evidenciando su contribución esencial para la protección

de los ecosistemas locales. La participación efectiva de los pueblos indígenas en la gestión ambiental es fundamental para la conservación de la biodiversidad y los saberes tradicionales.

Palabras clave: pueblos tradicionales; degradación ambiental; conflictos socioeconómicos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa identificar a importância das comunidades tradicionais para a conservação da natureza, por meio da análise das fenomenologias associadas à Unidade de Conservação (UC) da Área de Proteção Ambiental (APA) do Lagamar do Cauípe, localizada no município de Caucaia, Ceará. A UC possui uma importância socioambiental para a região, sendo fundamental compreender a relação entre a comunidade tradicional indígena, discutir os fatores que influenciam a preservação e os conflitos associados à área. Assim, compreender o contexto socioambiental da APA do Lagamar do Cauípe é essencial para mostrar a existência dos povos originários do município de Caucaia e possibilitar, por meio da participação do estudo de caso, dar voz a essas comunidades locais, assim como, poder disseminar os valores culturais e éticos associados ao ecossistema.

Segundo as entrevistas com as lideranças da Grande Aldeia Cauípe, o nome da APA do Lagamar do Cauípe provém do dialeto indígena do povo Anacé, devido ser o território e um local sagrado para a etnia, outros elementos da área têm origem no dialeto Anacé, evidenciando a ligação espiritual e ancestral da etnia Anacé com o território. De acordo com Meireles; Brissac e Schettino (2012), atualmente moram 180 famílias na área, sendo confirmado pelas lideranças da Grande Aldeia Cauípe nas entrevistas, assim, dependem dos recursos naturais para sua subsistência, para a realização de práticas agrícolas e culturais que estão em sintonia com a preservação dos ecossistemas locais. Contudo, lutam para ter o reconhecimento das suas terras e conservação do ecossistema que ao decorrer do tempo sofreu da degradação ambiental, sendo um dos resultados das mobilizações da comunidade indígena a criação da unidade de conservação.

Portanto, a APA Lagamar do Cauípe permanece com suas áreas praticamente intactas segundo os dados fornecidos pelos órgãos gestores, porém não ocorrem fiscalizações ou diagnósticos atualizados que comprovam o estado do ecossistema, sendo que o plano de manejo é aguardado desde 2010 e apenas em 2024 foi lançado pela Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Governo do Estado do Ceará (SEMACE). Apesar dessa consideração dos órgãos de gestão ambiental, durante as visitas de campo na UC, a comunidade relata os problemas

socioeconômicos e ambientais da área, o que causa dúvidas sobre as informações fornecidas pelos órgãos administrativos responsáveis, visto que existem construções de empreendimentos privados na área da APA e do território Anacé.

Conforme Freitas (2020), o CIPP tem gerado impactos ambientais significativos na região, incluindo a perda de biodiversidade, a contaminação do solo e da atmosfera, doenças respiratórias, o uso extensivo das águas superficiais e subterrâneas, além da degradação dos sistemas ambientais e ecossistemas na planície costeira dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Com isso, a ocorrência de conflitos socioambientais na APA do Lagamar do Cauípe, esses danos ambientais são relatados pelo povo Anacé, em dados bibliográficos e observados em visitas de campo, principalmente a degradação ambiental advinda da construção de loteamentos imobiliários, empreendimentos turísticos e do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

REFERENCIAL TEÓRICO

Área de Proteção Ambiental do Lagamar do Cauípe

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Lagamar do Cauípe foi criada no dia 5 de junho de 1998, conforme o diploma legal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei n.º 9.985/2000, sendo oficializado pelo Decreto Estadual n.º 24.957/1998 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA). O Lagamar do Cauípe possui peculiaridades ambientais e o seu entorno é refúgio biológico de grande valor, sendo necessária a conscientização da população do entorno sobre a preservação da área como meio para manter o equilíbrio ecológico.

Na Figura 1, mostra o mapa da Unidade de Conservação que é de categoria Área de Proteção Ambiental (APA), sendo de uso sustentável, localizada no Município de Caucaia, com extensão territorial inicial de 1.884,4640 hectares, sendo fronteira a Estação Ecológica do Pecém (EEP) segundo dados georreferenciados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e informações do decreto da SEMACE. Ambas promovem a ciclo da biodiversidade entre uma e outra, ou seja, a EEP auxilia a ciclagem dos ecossistemas, servindo de corredor ecológico para as unidades de conservação adjacentes, assim como a APA do Lagamar do Cauípe promove a ciclagem natural dos recursos naturais por meio da transição da fauna e flora entre as áreas.

Figura 1 - APA do Lagamar do Cauípe e UC adjacentes



Fonte: SEMA (2023); IPECE (2022). Organizadora: Alh Gabriella Rault (2023).

O conjunto de órgãos que gerem a área, sendo a SEMACE e Instituto de Meio Ambiente de Caucaia (IMAC) responsáveis pelo licenciamento ambiental da APA. A SEMACE, órgão responsável pela gestão da área, possui uma sede administrativa na Estação Ecológica do Pecém, unidade de conservação adjacente a APA (Figura 1), que serve como um ponto de apoio para a APA do Lagamar do Cauípe, mas a sede de informações está localizada em São Gonçalo do Amarante, município localizado a oeste da unidade.

A APA está contida entre os médio e baixo cursos do Rio Cauípe, componente da Bacia Hidrográfica Metropolitana, seu curso é barrado pelo açude Cauípe e possui como principais afluentes o Coité e Matões, sendo fornecedor de água para o Complexo Industrial do Portuário do Pecém. Segundo a SEMA, a APA está situada na faixa litorânea que se enquadra no domínio intertropical, localizada entre as coordenadas 38°4903 longitudes O e 3°3424 de latitude S e 3°4047 de latitude S e 38°4452 de longitude O.

A APA do Lagamar do Cauípe tem o ecossistema composto de planícies litorâneas, tabuleiros pré-litorâneos e planícies flúvio-lacustre embutidas, tendo o tipo de solo podzólico. Segundo dados georreferenciados pelo IPECE, a unidade de conservação possui geologia característica predominante de terrenos metamórficos e sedimentares, com clima tropical quente

semiárido brando, pertencendo ao bioma Caatinga. Os recursos hídricos da APA pertencem à Bacia Metropolitana, apresentando um corpo hídrico alargado do Rio Cauípe e dos pequenos Riachos dos Matões e Coité que convergem para o Lagamar com embocadura fluvial barrada pelas dunas fixas e semifixas. O Rio Cauípe possui uma área de 103 km² e o volume de água armazenado está estimado em aproximadamente 15.200.000 m³ em épocas de cheias.

Com isso, a biodiversidade é composta por uma cobertura vegetal com características de áreas de dunas e tabuleiros pré-litorâneos, contendo mata ciliar com 95 espécies de flora catalogadas pela SEMA e fauna rica significativa que varia de insetos, aracnídeos e pequenos animais, se destacando a presença das espécies de caranguejo-fantasma, maçaricos, sabiá-da-praia, coruja-buraqueira, aranhas do gênero *Latrodectus* e sendo rota para tartarugas marinhas criarem seus ninhos. Além disso, devido à extensão do Rio Cauípe, possui grande biodiversidade marinha, destacando-se tucunaré, tilápia e pitú, meios de subsistência para comunidades pesqueiras que habitam na APA do Lagamar e ao seu entorno.

Ademais, a criação da APA do Lagamar do Cauípe também ocorreu devido à construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), momento com que comunidades tradicionais, como indígenas, pescadores artesanais, barraqueiros, agricultores e mineradores de areia vermelha passaram a sofrer com a degradação ambiental advinda do empreendimento. Assim, devido à abundância hidrográfica do Rio Cauípe, o CIPP integrou no planejamento de sua instalação o fornecimento de água vinda justamente da área onde está localizada a APA, sendo o corpo d'água perene e de grande potencial hidrológico mais próximo para o complexo usufruir.

Território Anacé

A comunidade indígena de etnia Anacé, que reside nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, no Ceará, possui um território de aproximadamente 9.054,72 hectares, sendo apenas 544,72 hectares já reconhecidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e Governo do Estado do Ceará. Na Figura 2, é apresentada parte da localização do território Anacé, sendo a Reserva Indígena da Taba dos Anacé a única área reconhecida pela FUNAI. As demais localidades georreferenciadas são baseadas do mapeamento participativo com a comunidade tradicional.

Figura 2 - Localização de parte do território Anacé e principais aldeias



Fonte: Google Earth (2020); SEMA (2023); Anacé (2018; 2023). Organizadora: Alh Gabriella Rault (2023).

Em visitas de campo na Grande Aldeia Cauípe, a liderança Marcelo Anacé relata que o território Anacé é extenso e possui várias aldeias espalhadas por Caucaia até São Gonçalo do Amarante, sendo a Reserva Indígena da Tabá dos Anacé um grande marco para o reconhecimento da etnia pelo estado, sendo reconhecida e delimitada pela FUNAI. O território se estende pelos entornos do litoral e das CE-085, CE-090 e CE-421, tendo localidades que estão sendo estudadas para delimitar o restante do território, sendo citado pelo Davi Anacé, juventude da etnia e ativista indígena, as aldeias Japuará, também chamada de aldeia mãe, a Aldeia da Retomada do Parnamirim, no qual o jovem mora, Aldeia Manguabeira e Grande Aldeia Cauípe.

O parecer técnico elaborado por Meireles; Brissac e Schettino (2012), identifica a ocupação do Cauípe com 1.402,35 hectares, composto por 180 famílias que se identificam indígenas de etnia Anacé, sendo chamada de Grande Aldeia Cauípe por ser composta por várias aldeias que se fortalecem como uma, formadas pelas aldeias Planalto Cauípe; Pitombeira; Coqueiro; Barra do Cauípe ou Barreiros; e Vila da Timbaúba que também abrangem famílias de etnia Potiguar, Tapuia e Tapeba que migraram para a região, segundo a liderança Marcelo Anacé, sendo demonstrado no Quadro 1 a ocupação e os meios de subsistência relevantes para a aldeia.

Quadro 1 - Ocupação Cauípe, meios de subsistência e recursos ambientais mais utilizados.

Ocupação Cauípe	Atividades Produtivas	Recursos Ambientais mais utilizados
Planalto Cauípe	Agricultura, pesca, pedreiros, professores e servidores da prefeitura, comércio	Carnaubal, cajueiros, Rio Cauípe
Pitombeiras	Pesca (pesca de gaiola, pesca de choque, espinhel), agricultura, funcionários da prefeitura de Caucaia; comércio, muitos aposentados	Rio Cauípe (tucunaré, tilápia, pitú)
Coqueiro	Agricultura, pesca, operários em fábricas em Fortaleza, prefeitura	Cajueiros, coqueiral
Barra do Cauípe	Comércio, barracas na Barra do Cauípe, guias turísticos, instrutores de kitesurf, prefeitura	Coqueiral, Barra do Cauípe, murici
Vila da Timbaúba	Agricultura, pesca, artesanato (caçá, cestas de cipó)	Coqueiral, cajueiro

Fonte: Adaptado de Meireles; Brissac e Schettino (2012).

Assim, a Grande Aldeia Cauípe está localizada na APA do Lagamar do Cauípe, sendo a população indígena da área composta por aproximadamente 2.361 pessoas que se identificam com a etnia Anacé, de acordo com dados de 2016 do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi-Local) e Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará (Dsei-Ce/SESAI/MS). Meireles; Brissac e Schettino (2012) e Freitas (2020) afirmam que a comunidade indígena Anacé é caracterizada por sua resistência histórica e cultura própria, identificada a existência na região de Caucaia desde o início do século XVII, aparecendo no mapa etno-histórico de Curl Nimuendajú de 1944. Apesar disso, passam por embates judiciais para o reconhecimento da etnia pelo estado, mantendo sua cultura, religião e língua distinta diante das tentativas do Estado de assimilá-los à religião cristã e suprimir sua identidade indígena.

No entanto, segundo estudo de Freitas (2020), o povo Anacé enfrenta uma série de desafios e conflitos relacionados ao seu território. Além de estar em processo de identificação, o principal conflito enfrentado pelo povo Anacé está relacionado ao CIPP, que inclui um terminal portuário e várias empresas. A construção de uma refinaria pela Petrobrás, que também faria parte do CIPP, foi prevista, mas foi evitada devido à mobilização dos Anacé, que denunciaram os danos sociais e ambientais que seriam causados. Além disso, a Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido (Adelco), documenta em 2018 que outro conflito importante envolve o Grupo Ernani Viana, que controla uma parte considerável do território Anacé, utilizando-o para loteamentos, criação de cavalos (haras) e pedreiras no interior das Terras Indígenas, assim, muitos indígenas foram desapropriados durante esse processo.

Deste modo, Meireles; Brissac e Schettino (2012), relatam que o povo Anacé possui sua emergência étnica ligada com a instalação, na mesma área, de uma série de empreendimentos que integram o CIPP, e essas obras tiveram início em 1996 e resultaram na expulsão de vários indígenas de suas terras. Em resposta a essa pressão e perda de território, Freitas (2020) afirma que os Anacé

iniciaram um movimento de autoafirmação étnica em 2003, reivindicando o direito à terra e aos recursos hídricos para evitar a desterritorialização, degradação ambiental, comprometimento do ciclo da água do Rio Cauípe, a construção de loteamentos para condomínios privados e o avanço das obras para a construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) na região.

METODOLOGIA

A pesquisa se desenvolveu por meio de visitas de campo na APA do Lagamar do Cauípe, para coleta de registros fotográficos, coleta de dados para caracterizar a unidade e identificar os pontos importantes para o povo Anacé. As informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturada, para não ocorrer influência nas respostas dos entrevistados na comunidade indígena e algumas eram opcionais de serem respondidas, como o nome, devido alguns entrevistados não se sentirem seguros sobre a divulgação do nome no trabalho e ocorrer represálias.

Além disso, foram coletadas informações em campo sobre os serviços ecossistêmicos da APA do Lagamar do Cauípe, para poder analisar a importância da unidade e da presença ativa do povo Anacé no território, assim como, também ocorreram visitas em uma das aldeias fora da área de estudo, Aldeia Parnamirim, devido necessidade de complementar informações sobre a história e culturais do povo indígena Anacé, pois compreender suas lutas, dificuldades e os conflitos socioambientais enfrentados em diferentes áreas da mesma etnia se demonstrou um ponto importante para entender qual o papel do povo Anacé na proteção do meio ambiente e o vínculo da comunidade com o território.

As atividades de campo foram realizadas entre agosto e novembro de 2023. A primeira visita de campo para coletar informações ocorreu no dia 4 de agosto na Grande Aldeia Cauípe, onde ocorreu a entrevista da liderança Marcelo Anacé para coletar informações sobre a etnia indígena, o território na APA, as lutas e dificuldades ambientais que a aldeia tem presenciado ao longo dos anos. O percurso percorrido (Figura 3), a primeira visão na CE-090 no km 23 é do carnaubal que existe no entrono do Rio Cauípe e ao decorrer do trajeto é possível visualizar a grande extensão da APA do Lagamar do Cauípe, assim como, a abundância da biodiversidade existente nessa primeira parte da unidade.

Figura 3 - Mapa das estradas e paisagens na APA do Lagamar do Cauípe



Durante o percurso, para entrar na APA pela CE-090 foi percorrido cerca de 3 quilômetros em uma estrada local, em parte asfaltada e outra de terra batida, como mostra a Figura 4 o trajeto percorrido até a APA do Lagamar do Cauípe e a chegada na primeira localização, Aldeia Pitombeira, que pertence a Grande Aldeia Cauípe.

No dia 6 de setembro ocorreu a visita na Aldeia Parnamirim para coletar informações sobre o povo Anacé, como a extensão do território e suas aldeias, sendo também realizado uma visita na APA do Lagamar do Cauípe para fazer o percurso de uma trilha, fotografar a unidade, identificar pontos importantes para a valoração ambiental e descrição das características da unidade, como mostra a Figura 4.

Nas imagens é possível visualizar a biodiversidade que a APA do Lagamar do Cauípe possui, com dunas fixas e moveis nos pontos litorâneos da Barra do Cauípe e Cristalinas, assim como, uma vegetação arbustiva e algumas árvores de grande porte, como coníferas e palmeiras. Já nas áreas mais distantes do mar existe uma vegetação característica de mata de tabuleiro, nos entornos do Rio Cauípe se destacam as carnaúbas e várias espécies de aves, principalmente de garça-branca.

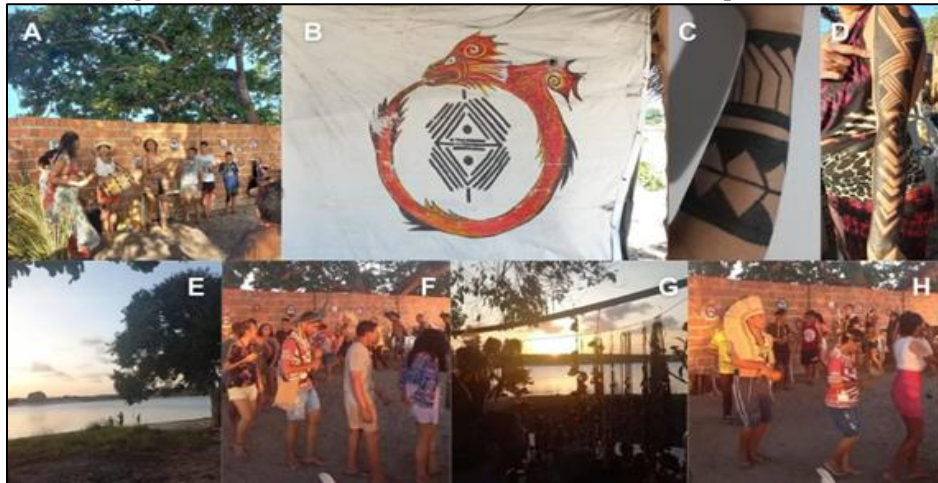
Figura 4 – Fotografias de paisagens na APA do Lagamar do Cauípe



Fonte: Rault (2023).

No dia 21 de outubro ocorreu a festa do coco, sendo um convite realizado pelo Davi Anacé para conhecer melhor a etnia, cultura e rituais realizados pelo povo Anacé, como o Toré, importante ritual e manifestação cultural envolvendo música e dança circular, como mostram as imagens F e H da Figura 5.

Figura 5 – Fotografias da Festa do coco na Aldeia Parnamirim do povo Anacé em Caucaia



Fonte: Rault (2023).

Na ilustração acima, a imagem A apresenta um grupo de jovens em sua maioria indígenas tocando e cantando músicas tradicionais da etnia Anacé, já na imagem B está o símbolo da Aldeia Parnamirim que fica na retomada Anacé perto do espelho d'água da Lagoa do Parnamirim. As

imagens C e D mostram pinturas corporais feitas pela etnia com a fruta de jenipapo verde para extrair a tinta natural, representam o corpo e identidade de cada indígena, e remetem a elementos da natureza e objetos típicos. Na imagem E e G mostra a Lagoa do Parnamirim e alguns artesanatos elaborados pela comunidade indígena, já as imagens F e H apresentam a roda tradicional indígena, o Toré, para prestigiar o pai Tupã e as lutas da retomada da Aldeia Parnamirim.

No dia 12 de novembro, ocorreu a última visita de campo, sendo possível concluir o mapeamento participativo. Foi realizado o mapeamento participativo com uma liderança da Grande Aldeia Cauípe e entrevista sobre os pontos mais importantes para a aldeia, assim como, quais os principais conflitos socioeconômicos e degradação ambiental que a comunidade presencia no seu cotidiano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Degradação ambiental na APA do Lagamar do Cauípe

Segundo Costa e Dantas (2009), em Caucaia, a APA do Lagamar do Cauípe é um dos principais alvos de degradação ambiental na região metropolitana de Fortaleza (RMF), tanto por parte de agentes privados como públicos. A própria Prefeitura Municipal de Caucaia, que atua através do IMAC, vem alterando o leito da Barra do Cauípe com o emprego de máquinas e coação aos povos originais da região (Costa, 2022). Isso ocorre devido o desenvolvimento socioeconômico sem o devido cuidado ambiental, como a instalação de empreendimentos imobiliários ao longo da planície litorânea e o desenvolvimento de atividades turísticas.

Com isso, durante o trajeto até o Lagamar do Cauípe, localidade da comunidade Pitombeira, observa-se uma grande área devastada pela construção de um loteamento (Figura 6), sendo relatado por moradores “Do dia para a noite devastaram tudo, tinha várias carnaúbas e árvores na área, sem falar que existiam casas de antigos moradores, inclusive a casa da minha avó, onde eu cresci” (Entrevistado C).

Figura 6 - Áreas devastadas na APA do Lagamar do Cauípe para construções



Fonte: Google Earth (2023); SEMA (2023). Organização: Alh Gabriella Rault (2026).

A área devastada na APA do Lagamar do Cauípe pertencia ao território indígena do povo Anacé, sendo da comunidade Pitombeira da Grande Aldeia Cauípe. O processo de construção da área foi autorizado, sendo conflitante com as disposições do SNUC e o Art. 3º do Decreto nº24.957/98 “Nas APAs do Lagamar do Cauípe e do Pecém, ficam proibidas ou restringidas: a implantação ou ampliação de atividades potencialmente poluidoras, ou degradadoras, capazes de afetar os mananciais de água, formas do relevo, o solo e o ar” (Ceará, 1998).

Assim, o povo Anacé da Grande Aldeia Cauípe luta para as obras pararem e terem suas terras de volta, principalmente devido conflitos nas autorizações de construção da área, ocorrendo a licença instalação pelo IMAC em 2015 e depois revogado pela SEMACE, porém autorizado novamente pelo município. Ademais, vale ressaltar que a área degradada pelo loteamento infringe a Lei nº 9.985 de 2000, SNUC, assim como, o próprio decreto de criação da APA que proíbe a realização de obras de terraplanagem, principalmente quando essas ações “importarem em sensíveis alterações das condições ecológicas regionais” (Ceará, 1998), como mostra a Figura 7 mostra algumas dessas degradações ambientais encontradas na unidade.

Figura 7 – Fotografias da degradação ambiental na APA do Lagamar do Cauípe



Fonte: Rault (2023).

Deste modo, a degradação ambiental encontradas na APA do Lagamar do Cauípe são atualmente causadas pela especulação imobiliária, crescimento urbano desordenado e ações turísticas sem consciência ambiental que modificando o ecossistema, assim como, complexos industriais e empreendimentos diversos que mudam as propriedades naturais do ambiente e aumentam a entropia por meio da absorção desses impactos poluidores.

A degradação ambiental na área é recorrente de muitos anos, o Rio Cauípe “sempre foi vista e desejada seja pelos invasores que colonizaram o país, como também pelos invasores que hoje invadem nosso território, tentam roubar nossas histórias e existência” (Informação verbal, obtida por meio de entrevista com o Paulo França Anacé), ocorrendo a retirada da água para o CIPP e empreendimentos diversos, como imobiliários, turísticos, siderúrgicas, termoelétricas e outros complexos industriais que também aparecem nas Figuras 7 e 8 anteriormente, sendo algumas obras licenciadas pela própria prefeitura de Caucaia e o IMAC.

Além disso, as intervenções provenientes da construção do CIPP afetam várias comunidades da região, trazendo doença, ocorrências de desmatamentos, aterramento de lagoas e retirada de dunas. No caso do Pecém, o conflito começa em 1990 para os projetos de retirada de águas dos lagos e dunas para as atividades do CIPP, no qual fez a remoção forçada principalmente das comunidades da Lagoa do Pecém, Parada e povo indígena Anacé que foram violentamente silenciados sem poder lutar inicialmente pela reivindicação de suas terras e direitos sobre as atividades subsistências que eram praticadas pelas comunidades tradicionais.

Assim, no município de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, as esteiras transportadoras de minérios do CIPP, passam por comunidades, dunas e áreas de mata nativa presentes nos municípios, revisitado as irregularidades das autorizações e licenciamento ambiental, visto que a dispersão dos minérios das esteiras do CIPP atingem as comunidades no entorno e até 16 quilômetros de distância desses equipamentos, conforme encontrado indícios de pó de carvão mineral nas comunidades da Grande Aldeia Cauípe, na APA do Lagamar do Cauípe. Devido à degradação ambiental do complexo industrial, as comunidades tradicionais atingidas na região se mobilizam para impedir que medidas sejam tomadas a respeito dos danos a causados ao meio ambiente, saúde e direitos as comunidades atingidas e retiradas das suas terras.

No caso da APA em Caucaia, o povo indígena Anacé lutou para a criação da APA do Lagamar do Cauípe, sendo relatado pela comunidade que a desapropriação das terras em São Gonçalo do Amarante resultou na migração para a área do Cauípe, ocorrendo maior pressão social para criação da unidade. Assim, consta no decreto de criação da APA do Lagamar do Cauípe que “os ambientes dotados de equilíbrio ecológico bastante frágil, pela sua própria natureza e intervenção do homem” (Ceará, 1998) e devido à necessidade de “conscientização da população regional sobre a preservação dessas áreas pelas suas riquezas florística, sedimentar e paisagística, consolidando ações para os seus desenvolvimentos sustentáveis” (Ceará, 1998).

Apesar desses desafios, o povo Anacé continua resistindo e lutando pelo reconhecimento de seus direitos territoriais, pela proteção do ambiente e cultura, principalmente para evitar maiores danos ao ecossistema. Denunciam a falta de apoio das autoridades e a repressão enfrentada durante suas mobilizações, sendo a luta do povo Anacé constante e de grande importância para proteger os direitos das comunidades indígenas e tradicionais em face de projetos de desenvolvimento que ameaçam seus territórios e o meio ambiente.

As comunidades tradicionais e lutas do povo Anacé

No município de Caucaia existem diversas comunidades tradicionais, na localidade existe cerca de 27 comunidades presentes na região do Lagamar do Cauípe, diretamente afetadas ao longo dos últimos anos, que realizam ações de resistência, principalmente em 2010, no qual as comunidades foram violentamente ameaçadas, devido à soma das violações provocadas pelo CIPP e a questão da apropriação das águas dos rios e afluentes presentes nos territórios tradicionalmente ocupados por essas comunidades para sua subsistência. Uma dessas comunidades, o povo indígena

Anacé, comunidade de pescadores artesanais, agricultores familiares e rendeiras que possuem práticas culturais e relação especial com o ambiente em que vivem, contribuindo para a diversidade e riqueza cultural do município, principalmente com a APA do Lagamar do Cauípe, local de parte do Território Anacé da Grande Aldeia Cauípe.

As lideranças da comunidade relatam que as aldeias estão espalhadas pelo município de Caucaia devido à etnia indígena possuir diversos meios de subsistência, com cada aldeia possuindo alguma relação específica com o território que se estabeleceu. No caso da Grande Aldeia Cauípe, essa relação é mais intensa com o mar e o Rio Cauípe, território parcialmente delimitado como APA do Lagamar do Cauípe, que teve grande apoio e movimento das comunidades tradicionais para que a Unidade de Conservação fosse criada, devido ao território denominado Lagamar do Cauípe representar um local sagrado onde se reflete a existência do povo Anacé.

Deste modo, o povo Anacé possui saberes ancestrais e tradicionais relacionados com seu vínculo com a natureza, sendo enfatizado que “A espiritualidade é a natureza como um todo, Mãe Tamain representa a terra e o nosso corpo, a água o sangue que corre em nossas veias” (relato de Marcelo e Paulo Anacé, 4 de agosto e 8 de novembro de 2023). Assim, têm uma cultura rica e ancestral, com profundo respeito pela natureza, que permite essa interconexão entre todos os seres vivos e na presença de espíritos da natureza, tendo práticas espirituais e rituais, como o Toré, como parte integrante de sua relação com o ambiente natural.

No Quadro 2 estão as aldeias que formam o território Anacé da Grande Aldeia Cauípe segundo informações da liderança local, sendo duas aldeias a que formam a comunidade indígena na área em comparação com o parecer técnico de Meireles; Brissac e Schettino (2012). Em algumas entrevistas com o povo Anacé foi relatado que por muitos anos tiveram que se esconder e omitir sua identidade indígena para evitar perseguições e serem mortos, então quando ocorrem pesquisas na área sem presença de algum representante da aldeia a comunidade entrevistada, mesmo atualmente, não se sente segura para responder abertamente sobre suas origens.

Nas entrevistas e visitas de campo identificou-se que o Rio Cauípe é um local sagrado para o povo Anacé, representando para a comunidade tradicional “um local onde se reflete a existência dos encantados, espíritos da mata, das águas e todas as energias que constroem a existência do povo Anacé e sua relação com a Mãe Terra” (relato de Paulo Anacé). Assim como, foi relatado em duas entrevistas que o nome Kauípe significa rio onde caminha o grande espírito, retratado a forte presença espiritual nas águas e nas histórias do povo Anacé sobre o Rio Cauípe, “sobre locais

sagrados presentes no que os brancos chamam de Lagamar do Cauípe, e para o povo Anacé era chamado de Amaçayó ou Maceió e representava um grande alagado que hoje muitos conhecem também como Barra do Cauípe” (Paulo Anacé).

Quadro 2 - Meios de subsistência e recursos ambientais mais utilizados na Grande Aldeia Cauípe

Aldeia	Atividades Produtivas	Recursos Ambientais mais utilizados
Mixira	Agricultura, artesanato e comerciantes.	Uso do solo para plantio e folhas de camaúbas
Planalto Cauípe	Agricultura, pesca, pedreiros, professores e servidores da prefeitura, comércio	Carnaubal, cajueiros, Rio Cauípe
Pitimbeira	Pesca, agricultura, funcionários da prefeitura de Caucaia; comércio, muitos aposentados	pesca de peixe gaiola, choque, espinhel, tucunarê, tilápia e pitú.
Coqueiro	Agricultura, pesca, operários em fábricas em Fortaleza, prefeitura	Agricultura, principalmente de cajueiros, coqueiral.
Barreiros	Comércio, barracas na Barra do Cauípe, guias turísticos, instrutores de kitesurf, prefeitura	Coqueiral, Barra do Cauípe, murici
Timbaúba	Agricultura, pesca, artesanato	Coqueiral, cajueiro, caçá e cestas de cipó
Castanhola	Agricultura, pesca, artesanato e trabalho autônomo.	Comerciantes, agricultores, artesãos e pesca artesanal, coqueiral, cajueiro

Fonte: Organização: Alh Gabriella Rault (2023).

A Figura 8 mostra os principais pontos da Grande Aldeia Cauípe na Unidade de Conservação e adjacentes a área, ademais, devido à extensão da aldeia, as delimitações realizadas abrangem apenas a área de estudo, sendo também informado pelas comunidades pontos específicos na APA. O mapa mostra o conjunto de comunidades que formam a Grande Aldeia Anacé, sendo informado os pontos pelas lideranças locais ao longo de trilhas realizadas durante visitas de campo na APA do Lagamar do Cauípe.

Figura 8 - Mapa das localidades da Grande Aldeia Cauípe



Fonte: Google Earth (2023); SEMA (2023). Organização: Alh Gabriella Rault (2026).

Ao longo do percurso na unidade é possível observar algumas atividades de agricultura familiar, sendo relatado pelas comunidades que os meios de subsistência na área não são mais suficientes para garantir o sustento das famílias na região, sendo necessário complementar a renda com algumas atividades comerciais, turísticas e trabalhos autônomos.

Como principais características, os Anacé respeitam o ciclo do ecossistema e fazem o uso de forma sustentável, possuindo conhecimentos sobre plantas medicinais, agroecologia, técnicas de cultivo adaptadas à região e ciclos de pesca, mantendo uma relação ancestral com a terra e os recursos naturais da região. Devido à poluição ambiental do solo e das águas, contudo, os seus meios de subsistência estão sendo afetados e alguns pescadores da comunidade relatam que “antigamente a gente voltava com a rede cheia de peixe pro mês todo, agora a gente passa dias tentando pescar algo” (Entrevistado B).

A preservação ambiental é fundamental para o povo indígena Anacé, que valoriza a terra como fonte de vida e sustento, mas o ecossistema local da APA do Lagamar do Cauípe está se modificando e reduzindo seu potencial de promover recursos naturais. Marcelo Anacé enfatiza que “a pesca aqui era abundante, temos comunidades de pescadores artesanais que tentam sobreviver dos poucos peixes que conseguem sobreviver no Rio Cauípe.” a liderança também comenta que “Tinha aldeias que viviam da agricultura de frutíferas, mas depois da instalação do Complexo do Pecém os frutos começaram a atrofiar até que algumas espécies não produziam mais”, o que demonstra que as comunidades tradicionais foram afetadas pela degradação ambiental e agora dependem de outros trabalhos para se manterem.

Com isso, o povo indígena Anacé enfrenta uma série de desafios e violência por parte do estado, principalmente por estar lutando pela preservação da água do Cauípe, devido ao governo e os órgãos responsáveis pelos recursos hídricos, como Secretaria dos Recursos Hídricos (SOHRIDA), permitir a retirada de água do Rio Cauípe para ser usado por empresas localizadas no CIPP, a uma taxa de cerca de 800 mil litros retirados por segundo, de acordo com denúncias da comunidade indígena e relatos que “o rio precisa continuar vivo, bem como todo o território e sua história e para isso continuaremos lutando contra retirada das suas águas, contra derrubada de nossas matas, e contra destruição do nosso povo e nossa espiritualidade.” (Entrevistado F).

Deste modo, os principais problemas enfrentados pela comunidade Anacé e outras da região, incluem desapropriação de Terras, disputa pela água, falta de reconhecimento, repressão

policial e a falta de apoio das autoridades competente em relação aos direitos ambientais e indígenas. Assim, o povo Anacé continua resistindo e lutando pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e pela proteção de seu ambiente natural e cultural. Eles denunciam a falta de apoio das autoridades e a repressão enfrentada durante suas mobilizações. A luta dos Anacé destaca a importância de proteger os direitos das comunidades indígenas e tradicionais em face de projetos de desenvolvimento que ameaçam seus territórios e meios de vida.

Diante desses desafios, os Anacé e outras comunidades tradicionais afetadas têm se organizado e buscado fortalecer sua luta pela demarcação de terras, pela preservação de suas tradições culturais e pela promoção do desenvolvimento sustentável. Por meio de parcerias, projetos comunitários e ações de conscientização, eles trabalham para proteger seu território, garantir a continuidade de seus conhecimentos tradicionais e promover um equilíbrio entre o bem-estar humano e a preservação da natureza. Assim, as comunidades têm realizado movimentos para fortalecer sua cultura e mostrar sua luta para manter seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos socioambientais, na APA do Lagamar do Cauípe, mostram que afetam o meio biótico e a comunidade tradicional que habita na área, dificultando na continuidade das práticas produtivas de subsistência que dependem do meio ambiente saudável. Assim, as comunidades tradicionais promovem a conservação da natureza devido o vínculo ancestral com o território que habitam, desempenhando um papel nos serviços ecossistêmicos da área, além do cultural, por meio dos saberes tradicionais, meios sustentáveis que influenciam na conservação e proteção dos ecossistemas.

Deste modo, comunidades tradicionais desempenham um papel crucial na conservação da APA do Lagamar do Cauípe, contribuindo através de seu conhecimento, do exercício de práticas sustentáveis e engajamento ativo na proteção desse ecossistema. A preservação da caatinga é essencial não apenas para a biodiversidade local, mas também para a manutenção dos serviços ecossistêmicos que essa região semiárida oferece à sociedade. Portanto, é fundamental reconhecer e apoiar o papel dessas comunidades na conservação da natureza.

Com isso, a importância de se recorrer às lutas e aos movimentos sociais que tenham perspectivas para além de suas pontualidades, munidos de mapas, cartas e cartografias que contenham informações e registros do modo como as populações tradicionais, indígenas, povos

das florestas, quilombolas, se relacionam com a natureza. Assim, disseminar os saberes ancestrais dos povos tradicionais como parte das políticas que devem ser implementadas para aumentar a resiliência social seria um meio de desenvolvimento sustentável, que preza pela manutenção da capacidade produtiva da humanidade em vez do crescimento ilimitado, sendo mais alinhada com os valores e práticas de comunidades tradicionais que geralmente têm uma abordagem mais sustentável em relação aos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 138, p. 1-6, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm.

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Terras indígenas e Situação Fundiária**: geoprocessamento e mapas. Brasília, DF: FUNAI, 2022. 1 mapa interativo. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>.

CEARÁ. Superintendência Estadual do Meio Ambiente. **Cadastro Estadual de Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental do Lagamar do Cauípe**. Fortaleza, Ceará, 2019. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/gestao-de-ucs/unidades-de-conservacao-uso-sustentavel/areas-de-protecao-ambiental/apa-do-lagamar-do-cauipe/>.

CEARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais. **Decreto Estadual nº 24.957 de 1998 da APA do Lagamar do Cauípe**. Fortaleza, Ceará. 2010. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2021/09/Lagamar-Cauipe.pdf>.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE); Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA). **Compartimentação geoambiental**, 2020. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/12/pdf/Compartimentacao_Geoambiental_2020.pdf.

COSTA, George Lima da. Análise ambiental da Área de Proteção (APA) do Lagamar do Cauípe e área de entorno, zona costeira do estado do Ceará. **Territorium Terram**, UFSJ, São João del-Rei, v. 10, n. 16, p. 110-128, 2022. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/territorium_terra/article/view/5242.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Vulnerabilidade Socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. Disponível em: <https://www.ppggeografia.ufc.br/images/vulnerabilidadesocioambiental.pdf>.

FREITAS, Anderson Nonato de. **Utilização dos aquíferos, dunas e barreiras na região industrial do Pecém e (in)justiça ambiental nas comunidades tradicionais e indígenas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/54547/3/2020_dis_anfreitas.pdf.

MEIRELES, Jeovah; BRISSAC, Sérgio ; SCHETTINO, Marco Paulo. Parecer Técnico Nº01/09: O Povo Indígena Anacé e seu Território Tradicionalmente Ocupado. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, v. 4, n. 1, p. 115-235, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/124834320/O_Povo_Ind%C3%ADgena_Anac%C3%A9_e_Seu_Territ%C3%B3rio_Tradicionalmente_Ocupado.

NIMUENDAJÚ, Curl. **Mapa etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes**. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1944. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/mapaetnohistorico2ed2017.pdf>.

RAULT, Alh Gabriella. **Avaliação dos serviços ecossistêmicos da área de proteção ambiental do lagamar do Cauípe**: a importância das comunidades tradicionais para a conservação da natureza. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia Ecológica) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/75822/3/2023_tcc_agrault.pdf.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (SEMACE). **Área de Proteção Ambiental do Lagamar do Cauípe**. Fortaleza, Ceará. 2010. Disponível em: <https://www.semace.ce.gov.br/2010/12/08/area-de-protecao-ambiental-do-lagamar-do-cauipe/>.